

# OS JURUNA NO CONTEXTO DA USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Maria Elisa Guedes Vieira<sup>1</sup>

Este texto apresenta a situação e as considerações da população indígena Juruna a partir dos resultados dos Estudos Socioambientais do Componente Indígena relacionados ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte, em que foram considerados dois grupos Juruna<sup>2</sup> impactados diretamente pelo empreendimento. O primeiro refere-se ao grupo da Terra Indígena (TI) Paquiçamba,<sup>3</sup> localizado à margem esquerda do rio Xingu, mais precisamente na Volta Grande do Xingu (VGX). O segundo se refere ao grupo Juruna do km 17,<sup>4</sup> localizado à margem da estrada Ernesto Acyoli (PA-415), que liga Altamira a Vitória do Xingu.

- 
- 1 Coordenou os Estudos de Impacto Ambiental Componente Indígena da UHE Belo Monte sobre os Juruna do Paquicamba e do Km 17.
  - 2 “Juruna” provém da língua geral, e seu significado – “boca preta” (*yuru* “boca”, *una* “preta”) – refere-se a uma tatuagem facial, de cor preta, que os Juruna usavam até meados de 1843, sendo, portanto, o termo empregado por outros índios e pelos brancos. A autodenominação do grupo, ou seja, o nome com o qual os próprios Juruna se identificam, é *Yudjá*, termo este que, segundo pesquisa realizada pela linguista Fargetti (1997), significa “dono do rio”, refletindo a imagem de exímios canoeiros e excelentes pescadores.
  - 3 Área de Influência Direta (AID) e Área Diretamente Afetada (ADA) do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte. Este trecho da Volta Grande do Xingu (VGX) pertence ao município de Vitória do Xingu, situado no estado do Pará.
  - 4 Está inserida na Área de Influência Direta (AID) do Meio Socioeconômico, da UHE Belo Monte, no município de Vitória do Xingu.

## A METODOLOGIA ADOTADA

Para a realização desses estudos<sup>5</sup> foram realizadas quatro viagens de campo entre agosto de 2008 e fevereiro de 2009, com foco na observação do cotidiano indígena, bem como na participação da comunidade indígena, adotando-se preferencialmente metodologias participativas, em especial o Diagnóstico Rápido Participativo – DRP.

Subjacente à metodologia adotada, entendeu-se que o diálogo com a comunidade é um elemento primordial para o andamento dos estudos, objetivando à adequada descrição e ao entendimento de seu modo de vida, especialmente no que se refere à relação dos indígenas com seu território, ao uso dos recursos naturais, à relação com o entorno (grupos indígenas, ribeirinhos, fazendeiros, instituições, cidades), bem como ao conhecimento e à sua compreensão sobre a construção e operação da UHE Belo Monte.

Assim, todos os métodos foram desenvolvidos com a participação intensa da comunidade, e algumas informações, como a quantificação das frutíferas, o levantamento das espécies de árvores, entre outros, foram coletadas por membros da comunidade após uma breve capacitação. Outra especificidade é que, para a caracterização das espécies da ictiofauna, foi necessária a realização de coletas; entretanto, após os procedimentos de medição e observação, os membros da comunidade separavam as espécies de interesse alimentar para sua utilização e soltavam o restante dos peixes no mesmo local de coleta. Nesse levantamento

---

5 A equipe técnica responsável pelos estudos da TI Paquiçamba e Área Indígena Juruna do km 17 foi composta de Maria Elisa Guedes Vieira (antropóloga/coordenadora); Cláudio Emidio Silva (biólogo/mastofauna), Flávia Pires Nogueira Lima (geógrafa); Jaime Ribeiro Carvalho Jr. (pedagogo/etnoictiologista) e Noara Pimentel (engenheira florestal).

também foi realizada dinâmica de etnobiologia e educação ambiental com os membros da comunidade. A fauna terrestre utilizada por eles, especialmente na alimentação, também foi quantificada e qualificada num levantamento realizado pela equipe do estudo e pelos próprios Juruna, em um trabalho envolvendo vários membros da comunidade.

Em dois períodos de campo, ocorridos entre agosto e novembro, foi realizado, com a participação de indígenas de Paquiçamba e do km 17,<sup>6</sup> o reconhecimento terrestre da região que corresponde à área de abrangência onde está sendo proposta a construção dos canais de derivação e respectivo reservatório. Em um primeiro momento (mês de agosto de 2008), Marino Juruna (TI Paquiçamba) e os técnicos da equipe realizaram o reconhecimento terrestre da região do entorno da TI Paquiçamba correspondente aos travessões do km 50, do km 55 (conhecido por travessão do CNEC) e do km 27; do km 45 (parte do qual é conhecido por Cobra-Choca); Transcaititu; vila Belo Monte,<sup>7</sup> vila Santo Antônio, vila da Baixada, entre outros núcleos residenciais menores. Essa área é praticamente desconhecida pelos Juruna de Paquiçamba, já que em seus deslocamentos para a cidade de Altamira utilizam somente o rio Xingu.

---

6 Os indígenas do km 17 participaram somente do segundo deslocamento, realizado em novembro.

7 Na vila de Belo Monte – local da balsa que cruza o rio Xingu –, foi perguntado a dois moradores sobre o seu conhecimento quanto ao projeto do AHE Belo Monte. Responderam que somente tinham conhecimento de que aquele local iria ser fechado, em função da construção de uma ponte na direção da vila Santo Antônio, ficando o movimento todo por lá. Afirmaram terem conhecimento também acerca do aumento do ritmo de venda de terrenos na vila Santo Antônio e opinaram que só haverá oferta de empregos na época da construção, cessando ao seu final. Ressaltaram que poderá haver risco de acidentes de trabalho com trabalhadores locais e fizeram a seguinte reflexão: “a energia vai para fora, e a barragem é só ilusão”.

Em um segundo momento, o deslocamento por essa mesma região, realizado em novembro de 2008, contou com a participação de Sheila Juruna (km 17), Caboclo Juruna (km 17) e Gilearde Juruna (TI Paquiçamba). Nesses dois dias, os indígenas puderam conhecer alguns moradores, além das áreas que serão afetadas diretamente pelo empreendimento, especialmente áreas que serão inundadas pelo reservatório e pela construção dos canais, gerando o deslocamento de um número significativo de moradores. Tiveram a oportunidade de conversar com alguns moradores e constatar que a maior parte da população é contrária ao empreendimento, que está insegura e temerosa com relação ao futuro, no caso de o empreendimento vir a ser consolidado. Ficou patente que a população regional ainda não tem clareza quanto ao projeto do AHE Belo Monte e ao processo em curso, voltado para o seu licenciamento ambiental.

Também foram realizadas algumas reflexões sobre o empreendimento Belo Monte, a partir de palestras proferidas nas aldeias Paquiçamba e km 17 por técnicos da Leme Engenharia e da Eletronorte, a propósito das etapas da construção e de alguns impactos já identificados pelos estudos do EIA-RIMA. Em reunião posterior a essa palestra, os indígenas solicitaram esclarecimentos a dúvidas referentes às etapas de construção do AHE Belo Monte, aos materiais que serão utilizados na obra e aos detalhes acerca do hidrograma ecológico. Uma vez não tendo sido sanadas todas as dúvidas, as comunidades demandaram a realização de uma nova palestra, agendada para os estudos de campo do mês de fevereiro de 2009.

Outra demanda apresentada pelos indígenas de Paquiçamba diz respeito à presença de representantes da comunidade Juruna do km 17, nos primeiros dias de campo do mês de fevereiro, com o intuito de trocar ideias sobre o empreendimento em pauta e os estudos em andamento. Solicitaram, ainda, que pudessem

participar juntos da palestra que seria proferida pelos técnicos da Eletronorte e da Leme Engenharia, na aldeia Paquiçamba.

Desde o início dos estudos, os Juruna de ambas as comunidades (Paquiçamba e Juruna km 17) sinalizaram a posição contrária à construção da UHE Belo Monte. Os dois grupos destacaram preocupações com relação aos impactos que poderão decorrer da implementação do projeto, os quais acreditam que poderão afetar não apenas seus territórios e modo de vida indígena, mas também toda a região da Volta Grande do Xingu, cidade de Altamira e Vitória do Xingu. Enfatizaram que se consideram mais vulneráveis que os demais grupos afetados, tanto em relação aos aspectos políticos quanto econômicos e culturais, além de se perceberem com uma menor força política no sentido de conseguirem impedir a construção desse grande empreendimento.

Contudo, entenderam que esses estudos tiveram o objetivo de garantir direitos relacionados à população indígena afetada pelo empreendimento, razão em que se contou com a participação intensa das duas comunidades, tanto na parte de diagnóstico quanto na avaliação de impactos e proposição de medidas mitigadoras e compensatórias.

Tratando-se do relacionamento entre os dois grupos Juruna, está se criando uma relação mais estreita, primeiramente por serem da mesma etnia e em segundo lugar por estarem na mesma posição de população diretamente afetada pelo empreendimento Belo Monte. Especialmente por ocasião desse estudo socioambiental, estiveram juntos em duas oportunidades. A primeira, quando houve o deslocamento pelos travessões da Transamazônica, e a segunda por ocasião do terceiro campo, quando índios Juruna do km 17 permaneceram por três dias na aldeia Paquiçamba, participando das reuniões e intensificando os conhecimentos acerca da realidade de cada grupo.

Os Juruna do km 17 ficaram satisfeitos com o encontro, oportunidade na qual puderam conhecer a aldeia Paquiçamba e seu entorno. Os Juruna de Paquiçamba agradeceram a participação dos Juruna do km 17 e mencionaram que ficaram motivados ao observar a procura pelo resgate das danças e língua Juruna, tão importantes para o fortalecimento do grupo.

Uma prova da proximidade e cumplicidade criada entre os dois grupos na luta contra a construção da UHE Belo Monte pode ser vista na música transcrita a seguir, composta por Cândida Juruna e apresentada no II Seminário de Desenvolvimento Sustentável x Barragem Belo Monte, realizado em Vitória do Xingu, em 2002. Nestes versos, Cândida Juruna demonstrou mais uma vez sua indignação em face do projeto de construção da UHE Belo Monte e do pronunciamento do deputado Nicias Ribeiro, no sentido de que não tinha conhecimento quanto à existência de índios habitando a Volta Grande do Xingu.

### **“Eletronorte vem voltando**

I

Eletronorte vem voltando

Para perturbar os povos

Vamos ficar apertados

Pinto dentro do ovo

II

Querem fazer com a gente

O que fizeram em Tucuruí

A energia vai pra lá

Os prejuízos ficam aqui

III

E tem mais um deputado  
Que dizem que é pai do linhão

IV

Fique ele bem atento  
Não se faça de inocente  
Tem índios no Paquiçamba  
Que também são meus parentes

V

Fiz esses versos agora  
E trouxe aqui para a tribuna  
Essa índia que descreve  
Chama-se Cândida Juruna”  
Fica escrevendo carta  
Dizendo que não conhece  
A aldeia Paquiçamba  
E puxando pra sua banda

## OS JURUNA E A VOLTA GRANDE DO XINGU

A Terra Indígena Paquiçamba, com área de 4.348 hectares, possui seus limites demarcados a partir do rio Xingu, margem esquerda do rio, na região denominada Volta Grande do Xingu. A Volta Grande do Xingu será o *locus* de grande parte das obras do AHE Belo Monte, para construção dos diques, canais de adução e de derivação, reservatório dos canais, vertedouro, casa de força e dutos. A área afetada pela implantação do AHE Belo Monte deverá ocupar apenas 12% do seu território (cerca de 19.000 ha), no

entanto, o seccionará no sentido sudoeste/nordeste, criando três porções territoriais: (i) ao sul, limitada pelos canais e pelo primeiro trecho da vazão reduzida; (ii) a nordeste, definida pela margem direita do reservatório dos canais e pelo rio Xingu no Trecho de Vazão Reduzida (TVR) e pela Transamazônica; e (iii) a noroeste, delimitada pela margem esquerda do reservatório dos canais e do Reservatório do Xingu e pela Transamazônica (LEME ENGENHARIA, 2008b, p. 411).

A região da Volta Grande do Xingu é composta de diversas estradas vicinais, denominadas travessões, que se interligam à rodovia federal BR-230/Transamazônica, muito utilizada para os deslocamentos da população e para o escoamento da produção local, possibilitando o acesso aos lotes rurais e propriedades. Todas as estradas da Volta Grande do Xingu foram abertas em leito natural e receberam apenas tratamento de terraplenagem – não são pavimentadas. O caminhão/carro de linha conhecido como pau de arara é a principal forma de deslocamento da população que vive no interior da Volta Grande do Xingu, transitando por estradas de difícil acesso, principalmente em época de chuvas.

Entretanto, salvo algumas exceções, o acesso à TIPaquiçamba é realizado somente por via fluvial. As embarcações dos Juruna são os únicos meios de transporte, escoamento e comercialização da comunidade. Possuem rabetas, canoas e um barco, e navegam com eles pelo rio Xingu. São diversas as rotas pelos emaranhados de canais, furos e ilhas utilizados pelos Juruna, não somente para chegar até Altamira, Ressaca, ou ilha da Fazenda, mas também para a realização das suas atividades cotidianas de caça, pesca, transporte, acesso aos serviços, escoamento da produção, visita a parentes, entre outras.

Foi comprovado que os Juruna utilizam intensamente o rio Xingu, as suas ilhas e demais monumentos fluviais (cachoeiras, canais, furos, poções, praias, pedrais, sequeiros), que vão

surgindo, desaparecendo e mudando de forma ao longo do ano, de acordo com a variação do volume das águas do Xingu.<sup>8</sup>

Na frente da Terra Indígena existe um ecossistema formado pelo rio Xingu e suas ilhas que, embora sejam locais nos quais muitas espécies de caça residem, se torna um ambiente limitado em termos de migração de fauna para a Terra Indígena. Na parte de trás, devido ao avanço antrópico, com a transformação da paisagem da floresta Ombrófila Densa em áreas de pastagens e áreas de capoeira, a Terra Indígena se encontra ilhada, diminuindo dessa forma as trocas genéticas das populações de fauna residente com outras populações próximas. Esse efeito, além de levar à diminuição da fauna pelas pressões internas de caça, ainda faz com que fiquem sujeitas ao endocruzamento, que pode levar a perdas de variabilidade genética.

Com a construção da UHE Belo Monte, os Juruna da TI Paquiçamba manifestaram a sensação de que se tornarão *uma ilha*, perdendo a ligação terrestre, especialmente em decorrência da construção do reservatório dos canais, somada a grande dificuldade de deslocamento a partir da vazão reduzida do rio Xingu na área a jusante da barragem.

---

8 Com a operação do AHE Belo Monte, haverá redução de vazão em uma área significativamente extensa da calha do rio Xingu, entre a Barragem Pimental até o local de restituição das vazões turbinadas pela Casa de Força Principal ao rio, ou seja, ao longo da Volta Grande do Xingu. Essa região está sendo denominada também de trecho de vazão reduzida (TVR) no âmbito dos estudos para a implantação do empreendimento. No TVR, o canal principal de navegação do rio Xingu apresenta uma extensão aproximada de 130 km até a cachoeira Jurucuá (extensão calculada na vazão de 680 m<sup>3</sup>/s, referente ao período de seca), a qual marca o final da região de domínio dos pedrais e o início da bacia sedimentar do Amazonas. Dessa cachoeira até o local previsto para a restituição da vazão, têm-se ainda mais 13 km de extensão (LEME ENGENHARIA LTDA, 2008a).

## BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE OS IMPACTOS IDENTIFICADOS

A partir dos diversos impactos identificados<sup>9</sup> e que afetarão de sobremaneira o modo de vida indígena, a equipe técnica considerou que a implantação do AHE Belo Monte causará profundas modificações na região, na TI Paquiçamba e na Área Indígena Juruna do km 17. Na TI Paquiçamba, na região Volta Grande do Xingu, é onde serão sentidos os impactos especialmente relacionados à diminuição da vazão desse rio a jusante da barragem do Sítio Pimental. Na Área Indígena Juruna do km 17, localizada na margem da PA-415, serão sentidos os impactos relacionados ao aumento populacional, principalmente de migrantes, das cidades de Altamira e Vitória do Xingu, e ao conseqüente incremento do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias pela rodovia.

A partir da etapa Enchimento/Operação do AHE Belo Monte e conseqüentes mudanças advindas da diminuição da vazão do rio Xingu, o modo de vida Juruna sofrerá profundas alterações. Como os próprios Juruna dizem, *o rio não será mais o mesmo*, o período de seca do rio será mais longo, o período de cheia do rio será mais curto, e o nível do rio no período da cheia será menor. Com isso, os estoques de peixe e de caça sofrerão redução, as matas ciliares ficarão mais secas, diminuindo a oferta de alimentos, e a atividade extrativista também tenderá a se modificar. Da mesma forma, os deslocamentos dos Juruna sofrerão modificações. Outros caminhos/canais serão percorridos, e o tempo de deslocamento será diferente, com a tendência a serem mais longos e demorados.

Com a implantação da UHE Belo Monte e as possíveis alterações no sistema hidrológico sazonal do rio Xingu, principalmente na

---

9 Conforme Estudos Socioambientais do Componente Indígena relacionados ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte, referentes à TI Paquiçamba e à Área Indígena Juruna do km 17.

região da Volta Grande, que apresenta áreas com vários tipos de ambientes aquáticos de uso dos Juruna, haverá importantes perdas de ambientes – áreas de reprodução, alimentação e locais de desenvolvimento – utilizados pelos organismos aquáticos, em especial peixes e tracajás.

Levando em conta o alto grau de conservação da TI Paquiçamba, e considerando-se que a maioria dos fenômenos biológicos e limnológicos é cíclica e regulada por fatores ambientais, com flutuações periódicas e previsíveis, várias espécies da flora e fauna poderão sofrer alterações na sua densidade e abundância para poder se adaptar às novas condições do rio. Essas relações são visíveis no calendário etnoecológico dos Juruna, em que os meses do ano de 2008 e parte de 2009, associados às respectivas vazões médias ( $m^3/s$ ) do rio Xingu, determinam as ocorrências bióticas, abióticas e atividades produtivas, principalmente a pesca e coleta de castanha que ocorrem na TI Paquiçamba.

As principais modificações serão esperadas em decorrência da perda de áreas de inundação dos ambientes aquáticos na TI Juruna e seu entorno, como nas margens do rio Xingu e afluentes, furos, ilhas, e na perda ou alteração dos chamados remansos e/ou barragens dos igarapés (grotas). Nesse sentido, existe a necessidade de assegurar áreas de inundação, pontos “determinantes” de reprodução, alimentação e de criadouros naturais, principalmente de peixes e quelônios aquáticos.

Considerando que o tracajá (*Podocnemis unifilis*) é a espécie da fauna cinegética mais capturada (em termos de número absoluto) pelos Juruna e a mais preferida para consumo, é sinalizado que, com a diminuição da vazão proposta pelo empreendimento, essa espécie terá menos tempo e menos área disponível para alcançar os alimentos que permitem que engordem e se preparem para a época reprodutiva, no período de maior vazão do rio (fevereiro a junho). Os Juruna afirmam que

na época naturalmente mais seca do rio Xingu, *os tracajás ficam muito magros, com a carne espumando*, o que inviabiliza o seu aproveitamento para consumo. Nessa perspectiva, entende-se que a reprodução dos tracajás estará comprometida a partir da construção da UHE Belo Monte.

Após a avaliação dos impactos socioambientais foi proposto um Plano de Mitigação e Compensação dos Impactos causados pelo Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte na Terra Indígena Paquiçamba e Área Indígena Juruna do km 17, composto de programas e projetos voltados especificamente para a comunidade. Algumas das ações propostas no âmbito do Plano Indígena Paquiçamba antecedem a implantação da UHE Belo Monte e são de responsabilidade do empreendedor e, em certos casos, dos órgãos do governo (municipal/estadual/federal).

Entende-se que o projeto do AHE Belo Monte poderá se tornar menos impactante para a população indígena se o empreendedor e o próprio Estado cumprirem integralmente sua missão de, inicialmente, preparar a região do médio/baixo Xingu para receber um empreendimento de grande porte e, posteriormente, de realizar o planejamento e execução dos Planos e Programas apresentados.

Destaca-se a importância de realizar avaliações periódicas do andamento da execução dos projetos propostos, em função da possibilidade de alterações do cotidiano indígena advindas da construção e operação do empreendimento, bem como da implementação dos programas e projetos propostos para a população indígena.

Para concluir, cabe lembrar que os Juruna de Paquiçamba e do km 17 são contrários à implantação desse empreendimento e têm clareza dos inúmeros impactos negativos que irão incidir sobre seu cotidiano, devido, particularmente, às alterações do ciclo hidrológico na Volta Grande do Xingu, trecho de vazão reduzida, e às consequentes modificações dos recursos naturais

e do potencial de atividades produtivas, somadas ao significativo aumento populacional dos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, que irá desdobrar-se em diversos outros impactos.

Os indígenas ainda têm questionamentos sobre o AHE Belo Monte, por persistirem dúvidas sobre o projeto de engenharia e as novas configurações físicas e socioambientais que se farão presentes na região. Afirmaram também que não creem no cumprimento dos Planos, Programas e demais compromissos que deverão ser firmados pelo empreendedor e governo federal, relativos à TI Paquiçamba, ao km 17, à população afetada de Altamira (índios e não índios) e aos outros grupos indígenas habitantes das margens do rio Xingu. Mencionam ainda a possibilidade de ocorrência futura de impactos socioambientais decorrentes da implantação da UHE Belo Monte não previstos no estudo realizado e que poderão afetar consideravelmente o cotidiano indígena.

Os Juruna do km 17, assim como os indígenas habitantes da TI Paquiçamba, manifestaram também questionamentos sobre a posição do governo federal em continuar construindo grandes hidrelétricas, principalmente no rio Xingu, afetando de forma brusca e irreversível o cotidiano das populações tradicionais. De forma simples, fizeram reflexões mais profundas, referentes ao modelo e à política energética brasileira, que continua a oferecer energia para *fora* – referindo-se ao pouco uso da energia a ser gerada pela UHE Belo Monte nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu e no estado do Pará e ao alto custo dessa energia para a população de baixa renda, vindo a afetar sobremaneira o modo de vida local.

Ao longo dos últimos 30 anos, foram planejados diversos aproveitamentos hidrelétricos para o rio Xingu, gerando expectativas e inseguranças para as comunidades indígenas. Apesar de o planejamento atual indicar somente a construção do AHE Belo Monte para o rio Xingu, os Juruna acreditam que futuramente novas usinas hidrelétricas serão implantadas nesse rio.

## REFERÊNCIAS

FARGETTI, Cristina Martins. Yudjá Kariá – Festa Juruna. *Folheto XVIII Moitará*, Exposição/Feira de Artesanato Indígena. Funai, 1997.

LEME ENGENHARIA LTDA. *Estudo de Impacto Ambiental*. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Apresentação, Caracterização do Empreendedor e do Empreendimento. dez. 2008. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Estudo de Impacto Ambiental*. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Diagnóstico da Área de Influência Direta Meio Socioeconômico e Cultural. dez. 2008. v. 17.

VIEIRA, Maria Elisa Guedes (Coord.). *EIA/RIMA AHE Belo Monte*: Estudo Socioambiental Componente Indígena – Grupo Juruna do km 17. abr. 2009.

\_\_\_\_\_. (Coord.). *EIA/RIMA AHE Belo Monte*: Estudo Socioambiental Componente Indígena – Terra Indígena Paquiçamba. abr. 2009.